

ESTADO E NAÇÃO NO BRASIL E NO CHILE
AO LONGO DO SÉCULO XIX



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Marco A. Pamplona e Ana Maria Stiven
(organizadores)

ESTADO E NAÇÃO NO BRASIL E NO CHILE
AO LONGO DO SÉCULO XIX

G a r a m o n d

Copyright © dos autores, 2010

Direitos cedidos para esta edição:

Editora Garamond Ltda.

Rua da Estrela, 79 - 3º andar - Rio Comprido, RJ

Telefax: (21) 2504-9211

editora@garamond.com.br

Diagramação

Luiz Oliveira

Capa

Estúdio Garamond / Anderson Leal

sobre “Souvenir do Rio de Janeiro”, aguatinta aquarelada de J. Steinmann (c.1835)

Revisão

Carmem Cacciaccarro

CIP-BRASIL, CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS

E82

Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX / Marco A. Pamplona e Ana Maria Stuen (organizadores). – Rio de Janeiro : Garamond, 2010.

368p. ; 14x21 cm

ISBN 978-85-7617-175-1

1. Brasil - História - Século XIX. 2. Chile - História - Século XIX. 3. Brasil - Política e governo - Século XIX. 4. Chile - Política e governo - Século XIX. 5. Brasil - Relações - Chile. 6. Chile - Relações - Brasil. I. Pamplona, Marco A. (Marco Antônio), 1953-. II. Stuen, Ana Maria.

10-0052.

CDD: 980

CDU: 94(8)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

INTRODUÇÃO

Ana Maria Stuvan e Marco A. Pamplona7

PARTE 1 - DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE ESTADOS E NAÇÕES MODERNAS

AUTONOMIA E SOBERANIA NACIONAL ÀS VÉSPERAS DAS
INDEPENDÊNCIAS IBERO-AMERICANAS (1810-1824)

Márcia Regina Berbel29

DA MONARQUIA À REPÚBLICA: O CHILE NA
AMÉRICA (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

Lucrecia Enríquez61

PARTE 2 - TRÊS OLHARES SOBRE AS IDENTIDADES NACIONAIS

TRANSMIGRAR – NOVE NOTAS A PROPÓSITO
DO IMPÉRIO DO BRASIL

Ilmar Rohloff de Mattos97

A GUERRA DO PARAGUAI, A “QUESTÃO SERVIL”
E A QUESTÃO NACIONAL NO BRASIL (1866-1871)

Ricardo Salles 125

GUERRA, CIVILIZAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL.
UMA ABORDAGEM DO COLECIONISMO DE BENJAMÍN
VICUÑA MACKENNA, 1879-1884

Carmen Mc Evoy..... 157

**PARTE 3 - A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO
DE SÍMBOLOS NACIONAIS**

NAÇÃO E PINTURA HISTÓRICA: REFLEXÕES
EM TORNO DE PEDRO SUBERCASEAUX
Maria Ligia Coelho Prado..... 187

FOTOGRAFIA E TERRITÓRIO NO IMAGINÁRIO
NACIONAL. CHILE: 1850-1900
Fernando Purcell..... 211

O FATOR INTERNACIONAL NA CONSCIÊNCIA DO
ESTADO-NAÇÃO. O CHILE ENTRE A ARGENTINA
E O BRASIL 1889-1902
Joaquín Fermandois e Mariana Perry239

**PARTE 4 - IDÉIAS, PRÁTICAS E RELAÇÕES
PARA UMA NAÇÃO MODERNA**

OS EMPRESÁRIOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL
E EM SUA ATIVIDADE ECONÔMICA. APROXIMAÇÕES
COMPARATIVAS CHILENO-BRASILEIRAS
Eduardo Cavieres F. e Marcelo Mardones F......263

NARRATIVAS NACIONAIS E TEMPO:
DO ROMANTISMO AO CIENTIFICISMO
Maria Tereza Chaves de Mello291

O PROBLEMA DA INCLUSÃO CIVIL E POLÍTICA
Ana Maria Stiven323

SOBRE OS AUTORES.....365

INTRODUÇÃO

TRAJETÓRIAS E CONSTRUÇÕES:
ESTADO-NAÇÃO NO BRASIL E NO CHILE
AO LONGO DO SÉCULO XIX

Ana Maria Stuyven e Marco A. Pamplona (orgs.)

O livro que ora apresentamos é resultado de uma iniciativa pioneira de cooperação historiográfica entre acadêmicos brasileiros e chilenos. Em 2007, em Santiago do Chile, vários dos autores dos artigos que compõem esta coletânea se reuniram para, a partir de uma perspectiva comparada, se aproximar da história cultural e política dos dois países durante o século XIX, quando da fundação e afirmação dos respectivos estados-nação. O primeiro encontro realizou-se no Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Um conhecido motivo de preocupação para os historiadores envolvidos com o projeto, iniciado sob o título *A formação do Brasil e do Chile no século XIX: temas para uma história comparada*, era o fato de que ambas as nações haviam se desenvolvido de costas para o continente americano, voltadas para a Europa em primeiro lugar e, posteriormente, para os Estados Unidos. Ademais, as diferenças linguísticas, temporais e institucionais, derivadas da condição de sua dependência colonial a distintas metrópoles, haviam criado barreiras de desconhecimento mútuo que só fizeram perdurar ao longo do tempo. Por fim, a ausência de fronteiras compartilhadas contribuía mais ainda para o distanciamento cultural e para as dificuldades de intercâmbio. Embora tenha havido exceções notáveis já desde fins do século XIX – como o caso do interesse manifesto por Joaquim Nabuco (1849-1910) pelo presidente chileno derrotado, José Manuel Balmaceda (1840-1891), a quem consagrou uma pequena obra, publicada em 1937 –, isso nunca foi o comportamento de praxe.

Na alvorada do século XXI, esse distanciamento cultural, comum a muitas das comunidades sul-americanas, fez-se crítico, especialmente em momentos como o atual, quando se consolidam blocos de cooperação regionais e se incentivam, de modo exitoso e promissor, contatos econômicos e políticos mais fortes entre o Brasil e o Chile.

A consolidação do processo democrático em ambos os países, após longos períodos de intervenção militar seguidos de transição política, faz-se também motivo para a promoção desse nosso encontro de cooperação acadêmica e confere sentido à reflexão que iniciamos sobre as trajetórias identitárias e institucionais nos dois Estados, marcados por formações deslocadas no tempo, mas com itinerários que, não raras vezes, se encontraram no século XX e continuam se projetando para o século XXI.

Para nós, historiadores, era evidente que uma primeira aproximação entre os estudiosos das duas nações deveria, desde logo, transcender interesses políticos e econômicos imediatos. Tornava-se imperativo, por isso, enfocar os temas tratados a partir de uma compreensão mais ampla da história e da cultura de ambos os países. A esta primeira constatação, sobre o desconhecimento mútuo de nossas histórias, seguiu-se a vontade conjunta de superar o obstáculo. Somos gratos às agências de fomento à pesquisa – particularmente ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico)/ PROSUL, ao longo do ano de 2007 –, à Embaixada do Brasil em Santiago e ao apoio das duas instituições acadêmicas diretamente envolvidas com o projeto, que nos ajudaram a promover a realização de encontros de trabalho bilaterais, necessários para o nosso intento. Um primeiro encontro, envolvendo a maioria dos pesquisadores dos dois países, foi realizado na Pontifícia Universidade Católica do Chile em junho de 2007, e um outro grande segundo encontro deu-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano. O estado das discussões e o avanço das pesquisas, avaliados nesse segundo evento, já nos permitiram refletir sobre a conveniência de organizar os artigos que estavam sendo produzidos sob a forma de uma coletânea para publicação. Nos-

so objetivo principal era atender, em ambos os países, às comunidades de alunos e professores interessadas em adentrar ao estudo da história brasileira e chilena. A criação de uma Cátedra Brasil-Chile, em convênio estabelecido entre as duas universidades católicas – PUC-Rio e U. C. do Chile – representou um novo passo nesse processo de aproximação e intercâmbio, viabilizando um programa de visitas mútuas e sistemáticas entre professores e pesquisadores de ambas as instituições com o fim da promoção de cursos, de graduação e pós-graduação, sobre as histórias do Chile e do Brasil, em seus locais de trabalho.

Agradecemos, igualmente, ao auxílio da Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), que nos permitiu dar o apoio necessário às atividades mencionadas acima com a produção do seu primeiro fruto, a edição deste livro.

Muitas foram as referências intelectuais à disposição dos criadores dos novos estados ibero-americanos, influenciadas por distintas escolas de pensamento, engendrando práticas que hoje nos permitem melhor entender o enorme espaço de tempo que separou o estabelecimento das duas repúblicas – a chilena e a brasileira – no século XIX. Os efeitos da invasão napoleônica sobre a monarquia portuguesa se mostraram, por certo, de natureza muito distinta se comparados aos que incidiram sobre a coroa espanhola. A decisão da corte lusitana de transladar-se para sua colônia e convertê-la na nova metrópole consagrou-lhe formas políticas inéditas, não encontradas nas demais experiências do Novo Mundo. Enquanto nas antigas colônias espanholas o constitucionalismo substituiu a legitimidade monárquica pela republicana, no Brasil ele se afirmou como dique de contenção contra a possibilidade do absolutismo. Somou-se a isso o fato de que a conformação identitária de ambas as nações sofreu uma evolução de significados bem diferentes, devido à composição étnico-racial de cada sociedade, às suas formas de produção e de inserção na era do capital, ao lugar ocupado na estrutura administrativa colonial e à sua constituição geográfica, inclusive. Para além das similitudes que costumam ser constatadas na produção de simbologias, a evolução de seus processos

de consolidação nacional e os imaginários que nutriram a criação de alguns dos seus símbolos mais coesivos nos apresentam interessantes paralelos e diferenças entre ambos os países. A guerra, sem dúvida, exemplifica o que falamos: como elemento que inegavelmente contribuiu para definir o sentimento de nacionalidade no Chile e no Brasil, a guerra conseguiu imprimir traços muito distintos a cada um, promovendo formas de nacionalismo bem específicas para cada caso. São temas como esses, essenciais para a recuperação da história da formação da nação em ambos os países, que este livro buscará abordar com mais detalhes.

O desafio da construção de estados e nações modernos

Na primeira unidade temática, ocupamo-nos de questões que foram comuns aos novos Estados-nação, surgidos da conjuntura, bastante particular, das Revoluções Atlânticas, que marcaram profundamente as últimas décadas do século XVIII e os inícios do XIX. Em ambas as experiências analisadas neste livro, a independência esteve associada à necessidade de construção de um Estado legítimo, autônomo e soberano. Influenciadas, sem dúvida, pelas situações políticas específicas vivenciadas pelas duas Coroas, por volta do ano de 1808, essas ideias acabaram sendo interpretadas e aplicadas para promover uma “adaptação criativa” aos contextos de autoridade em cada país, com a ênfase principal posta no constitucionalismo, seja na sua forma republicana, seja na monárquica. Predominava à época, o que Skinner bem descreveu como sendo a “liberdade dos neorromanos”, associada a uma compreensão da cidadania não como um bem primário, mas sim como uma maneira de proteger a chamada “liberdade negativa” das ameaças do poder arbitrário e da corrupção. Em função da preservação do bem comum da sociedade, convinha à mudança política, e resultou-lhe mesmo funcional, a manutenção do poder em mãos dos mesmos homens educados pela monarquia no Antigo Regime e por ela conduzidos a lugares estratégicos na administração americana. Amparados que eram pela legitimidade social de seus papéis, esses homens iniciaram

a construção das novas unidades políticas com maior autonomia em meio ao grande campo de experimentação política aberto com a crise das duas monarquias ibéricas. Por isso, tanto nas metrópoles como no ultramar, privilegiou-se o constitucionalismo (a marca moderna da *res publica*) e a ideia de progresso que, desde então, já acompanhava a definição do primeiro termo. No mundo luso-brasileiro, o peso daquele primeiro termo se fez presente na própria definição do termo república. Conforme os dicionários de então registravam (veja-se o do Padre Raphael Bluteau, já em edição de 1713), a *res publica* mantinha o seu duplo sentido: primeiro, o de “qualquer gênero de estado voltado para o bem comum” – não importando, pois, se esse estado é uma monarquia, uma aristocracia ou uma democracia; segundo, o de “estado governado por magistrados, eleitos e confirmados pelo povo, ou, mais amplamente, estado governado por muitos”.

O artigo inicial da coletânea, de autoria de Marcia Berbel, compara as propostas referentes às autonomias provinciais demandadas pelos representantes americanos nas Cortes de Cádiz, Madri e Lisboa na Assembleia Constituinte de 1823, realizada no Rio de Janeiro, e na Constituição de 1824. É-nos mostrado como, vinculados pela mesma crise, espanhóis e portugueses buscaram respostas para a afirmação da soberania de suas nações contra as tropas de Bonaparte e a dominação total inglesa. Em ambos os casos, tais respostas tiveram de incluir também os habitantes da América. Os esforços se deslocaram para a formação de espaços parlamentares e para elaborações destinadas a conciliar o desejo de soberania política com as já conhecidas demandas de autonomia, estendidas na América desde fins do século XVIII.

Após dois anos de tentativas de unificação com a antiga metrópole portuguesa, projetadas por deputados constituintes eleitos em ambos os lados do Atlântico e de um encontro em Lisboa, a independência do Brasil foi proclamada em setembro de 1822. O argumento da autora é de que tanto a Assembleia Constituinte do Brasil independente de julho de 1823 como as experiências parlamentares prévias em domínios portugueses foram influenciadas poderosamente pelas decisões adotadas

em Cádiz (1810-1814) e em Madri (1821-1822), e também responderam ao impacto dos processos independentistas, já então bastante avançados, no conjunto da América hispânica. É interessante constatar uma particularidade da independência brasileira: ela não necessitou, como a chilena, por exemplo, se colocar tantas questões sobre a organização do poder executivo ou sobre a legitimação das novas autoridades, um problema decerto mais inquietante para os próceres dos países que adotaram, à época, formas republicanas de governo.

Mas, pode-se dizer que, de um modo geral, acabou se impondo, gradualmente, um mesmo princípio: o de que o governo das novas nações deveria ficar nas mãos dos eleitos pela cidadania e que a eles somente caberia representar a vontade do povo, pensada como entidade abstrata, unitária e soberana, e, ao mesmo tempo, outorgar-lhe condições de possibilidade. A grande diferença, no caso brasileiro, foi a de que a representação dessa vontade ficou consubstanciada *também e sobretudo* na figura do Imperador – considerado na carta constitucional como o “Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante” (cf. art. 98 da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824) , a quem correspondia, ademais, sancionar a delegação do Poder Legislativo à Assembleia Geral, esta entendida como o segundo representante da Nação Brasileira (cf. arts. 11 e 13 da Constituição).

O trabalho seguinte, de Lucrecia Enríquez, analisa a independência chilena e a passagem da ordem monárquica à republicana, situando-a no contexto hispano-americano maior. Os acontecimentos políticos de 1808-1810 haviam aberto um caminho nunca antes trilhado, onde predominavam discussões políticas e debates sobre sistemas de governo, constituições, autonomias e independências. Neste ponto, a experiência hispana precoce desses anos contrastou bastante com a do Brasil, que à mesma época ainda passava de colônia à nova sede da monarquia portuguesa. Mas, o modo como havia sido implantada a monarquia na América hispânica colonial já marcara o caminho de sua própria integração. Ao dar-lhes juridicamente o *status* de reinos desde o início da conquista, e ao assentar-se neles o poder político dos ajuntamen-

tos das cidades, criaram-se as bases para que, uma vez desaparecido o monarca, cada reino se constituísse em uma nova unidade política. O trabalho de Lucrecia Enríquez demonstra como os diferentes reinos da monarquia plural hispânica puderam transformar-se em Estados-nação e os diversos caminhos percorridos para isso. A autora destaca, assim, a rapidez com que foi constituída, na antiga Capitania Geral do Chile, uma república central e estável (já a partir de 1833), contrastando esse processo com dificuldades internas e externas que pontuaram boa parte dos outros antigos reinos da América espanhola. Uma das razões que explicaria a rapidez mencionada foi o muito marcado sentimento de identidade local chilena, forjado ao longo do século XVIII, que outros autores costumam analisar como uma espécie de *criollismo* base do patriotismo e do nacionalismo do século XIX.

No caso chileno, a instauração do princípio da soberania popular e a perda, por parte das autoridades, de toda garantia transcendente fizeram com que a construção de um poder legítimo tivesse de remeter quer às conhecidas comunidades políticas já instituídas, quer àquelas novas que ainda se buscava constituir. Após a independência, o princípio moderno da representação política difundiu-se bastante e fez-se acompanhar de uma concepção renovada de nação. Pois, ainda que noções abstratas de “povo” e “nação” estivessem presentes desde a Constituição de Cádiz, e a figura dos representantes houvesse sido definida de modo inovador – como nos demais reinos hispano-americanos e nas nações que os sucederam –, circularam no Chile outras novas versões da representação que se fizeram bem mais operativas.

Três olhares a respeito da identidade nacional

Uma segunda unidade temática e cronológica transita da urgência da formação dos Estados nacionais à necessidade de conformar nações modernas, cuja identidade não mais responda aos padrões tradicionais do Antigo Regime. Com o decréscimo em importância dos vínculos de *vecinidad* (ou “vizinhança”) e das demais relações de verticalidade na América hispânica, passa-se a projetar a inclusão num plano de igual-

dade, homogeneidade e liberdade a todos os cidadãos, ativos ou não. Para isso, fazia-se necessário dotar a população de elementos de coesão em torno da Nação – uma identificação que tinha agora um sentido distinto daquele sentimento pátrio primigênio e que diferia, quanto à natureza, daquele vínculo que aceitava a submissão simplesmente a um Estado em crescente afirmação ou a adesão a uma religião, que em alguns casos representavam o legado de um passado que se queria superado.

Mas não podemos afirmar que a questão do cidadão, hoje tida como primordial para se definir a pertença a uma nação, fosse considerada prioritária para os Estados surgidos à época das independências. Na América hispânica, os que assumiram a soberania e constituíram juntas de governo entre 1808 e 1810 pensaram inicialmente a nação que buscavam criar como pacto entre os “povos” ou *pueblos*, ainda na sua denominação antiga, e não como contrato entre cidadãos. Por isso, foi preciso criar novos vínculos de união social, com a promoção e o reforço de sentimentos de coletividade e pertença, para que a pluralidade existente, resultado dessa união de povos, cidades e províncias, pudesse resultar em uma outra entidade, mais homogênea e coesa, a nação produto de um Estado legítimo e soberano, de fronteiras imaginárias e territoriais limitadas, agora não mais identificada com a grande unidade do Antigo Regime provida pela Espanha.

No caso brasileiro, a construção dessa identidade seguiu caminhos bastante inusitados. O artigo de Ilmar Rohloff de Mattos, por meio da discussão de uma expressão incomum – a “transmigração”, que caracterizou a inusitada instalação de uma Corte europeia no continente americano –, mostra-nos como os atores do projeto de emancipação política da América portuguesa gestado no Rio de Janeiro souberam tecer fortes vínculos entre o passado colonial e o futuro do novo corpo político, o Império do Brasil.

A chegada da Corte e suas implicações a respeito da continuação de uma concepção antiga de Império na América para a construção de uma identidade nacional são os seus temas. A ambiguidade dos senti-

mentos de pertença aqui gestados, em função do não rompimento com a antiga ordem representada pela Monarquia portuguesa e da pertença a uma das partes do vasto e contíguo Domínio Ultramarino chamado Brasil, misturou-se às inúmeras lealdades locais, compartilhadas por todos em suas pequenas pátrias, de dimensão quando muito regional. Nesse contexto, o autor discute alguns significados das identidades coloniais dos *brasilienses*, termo que identificava, então, apenas os naturais do Brasil.

Depois, mostra-nos como foi que, no entrecruzamento de três distintos cenários – o antigo Reino, o Rio de Janeiro e províncias adjacentes, e o “Norte” –, se decidiu o futuro do Reino-Unido nos anos de 1821 e 1822. A passagem de uma das partes de um todo (o Império do Brasil do período joanino, anterior a 1821) para um todo a ser agora preenchido por *brasileiros* (o Império do Brasil pós-1822) foi a grande transformação operada com a independência. A manutenção do mesmo nome é que nos fornece a própria chave de interpretação do enigma. O autor decifra-o, expondo os seus distintos significados à época e como, de termos complementares que eram, passaram a ser excludentes.

Na parte final do artigo, discute-se a permanência da escravidão no âmbito de um Império liberal e constitucional e seu papel “civilizador” para os que não eram escravos – em especial para a chamada “*boa sociedade*”, mas também para a *plebe*. Sua projeção nas representações elaboradas pela sociedade imperial fora responsável pelas hierarquias e exclusões construídas, onde atributos primários de liberdade e propriedade se viram matizados por critérios raciais, assim condicionando a construção da futura cidadania e a participação política.

Assim, enquanto no Brasil a monarquia vinculava o passado e o futuro promovendo relações sobre as quais se esperava construir a nova nação, no caso chileno as diferenças em relação ao passado eram sublinhadas. Estas apontavam não apenas para os impasses políticos derivados da substituição do monarca por uma autoridade republicana, mas também para o fato de que, desde a conquista, o Reino do Chile tampouco ocupara um lugar privilegiado na estrutura política do Impé-

rio espanhol. A obra, já considerada clássica, de Mario Góngora, sobre a poderosa influência e papel do Estado na formação da nação chilena, admite a dificuldade que o território, sem antecedentes culturais pré-colombianos comuns e relativamente marginal em importância para a metrópole, teve de criar formas de identificação em substituição àquelas que o relacionavam à Mãe Pátria hispânica.¹ Góngora postula que a sociedade dessa “fronteira de guerra” viveu seus primeiros anos republicanos dentro dessa lógica; sem embargo, uma tal formulação do problema não havia sido ainda recuperada em trabalhos mais monográficos que tratassem das guerras dos novecentos sob a perspectiva da sua influência para a conformação da nação – como fazem dois trabalhos apresentados nesta coletânea.

Desde as guerras de independência, sucederam-se no Chile, ao longo do século XIX, o conflito com a Confederação Peruana-Boliviana entre 1836 e 1839, seguido da guerra naval contra a Espanha, entre 1864 e 1866, da Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883, e, finalmente, da guerra civil de 1891. Isso ocorria enquanto, na fronteira do sul, se mantinha um permanente estado de conflito contra os araucanos, submetidos apenas em 1883. Não resta dúvida de que esta trajetória ficou impressa na conformação nacional chilena, substituindo o apego ao território dos habitantes do Chile colonial por um sentimento de pertença comum a um projeto que começa a se consolidar a partir da sua diferenciação de um “outro”, constituído em inimigo político ou ameaça nacional. Dessa perspectiva, a primeira identificação chilena foi politizada, desenhada por uma classe dirigente homogênea e centralizada, que programou a participação cidadã dentro dos marcos de uma visão de progresso educacional e civilizador.

O dito até o momento leva-nos a matizar as definições de nação que apelam para a construção de uma “comunidade politicamente imaginada”, nos termos definidos por Benedict Anderson, na medida que em muitos lugares da América esta construção não se deu de forma

1 Góngora, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 1986.

simultânea ao surgimento de Estados-nação modernos, mas sim coexistiu com várias formas sociais tradicionais e pretéritas. Entretanto, as nações americanas não se constituíram em nações independentes apelando para um passado distante, porque este não permitia diferenciá-las, mas apenas as unia como parte de um todo maior. Sua diferenciação, no caso chileno, tornou-se possível graças à nova entidade política, a qual, ainda que não logre ou não queira converter todos os seus habitantes em cidadãos, lhes confere um sentido de pertença sobre o qual se constituirá a nação ao longo do tempo. Pois, como bem afirmou François-Xavier Guerra, na alvorada do século XIX, ainda predominava na América uma concepção corporativa e plural de nação, isto é, associada ao Antigo Regime, o que exigia que o novo Estado se encarregasse de introduzir as outras formas de identificação que dariam lugar à nação moderna, pensada agora como “coletivo singular”.

Se no caso chileno a guerra foi um elemento que contribuiu bastante para a vinculação de seus habitantes com o Estado, no caso brasileiro, pelo fato da monarquia ainda perdurar como autoridade política legítima e poder garante das hierarquias sociais, as consequências trazidas pelo conflito bélico à estrutura social não engendraram tão rapidamente (como no caso chileno) uma discussão sobre a cidadania, mas sim uma discussão ainda sobre a questão servil. Como bem apresentamos em seu trabalho Ricardo Salles, a Guerra do Paraguai contribuiu para ressignificar as relações do povo com o Estado na medida em que engendrou importantes questionamentos a respeito dos elementos integrantes da nação em um contexto em que parte significativa da população ainda permanecia atada à instituição da escravidão.

Se os escravos podiam ser incluídos no contingente disponibilizado para a guerra, fazia-se imperativo redefinir o seu papel no interior da sociedade. O problema da escravidão, tornado mais visível com a guerra, deixou mais vulnerável a dominação das oligarquias, suas hegemonias e a estabilidade política de seus regimes. Passaram a ser questionadas as suas bases de coesão social, permitindo que aspectos contraditórios ou não resolvidos no âmbito daquela ordem pudessem

aflorar e tornar-se matéria de reflexão intelectual, e até mesmo de algumas ações políticas reformadoras.

No artigo mencionado, fala-se do retorno a casa de escravos que haviam servido de bucha de canhão durante a guerra e das implicações e demandas que a sua condição de “heróis retornados da guerra” poderia suscitar. Fala-se também dos interesses dos setores mais pobres da população de livres e libertos, principalmente os de origem afro-brasileira, que começam a se identificar com os movimentos de resistência escrava e com as primeiras associações emancipacionistas do país, moldando assim uma nova cultura urbana, antecedente da opinião pública republicana. De um modo geral, entretanto, a questão da cidadania continuaria distanciada da questão dos libertos naquela sociedade.

No caso chileno, como já foi dito, a precoce opção republicana no processo de criação da nação enfrentou a necessidade de diferenciar-se logo da “Mãe Pátria”, a Espanha, e também de seus poderosos vizinhos, outros reinos americanos. Por isso, a unidade nacional buscada em torno do Estado autoritário do regime portaliano requereu elementos de coesão que dessem aos habitantes do território uma identidade que deveria transcender a institucionalização política. Fazia-se necessária a formação de uma sociedade civil robusta, expressão de virtude cívica e requisito primário, do ponto de vista da classe dirigente, para se obter a estabilidade republicana. Duas guerras importantes serviram, aqui, para promover essa identidade. A segunda delas, travada entre 1879 e 1883, deu origem a um nacionalismo que moldou a cultura chilena de fins do século XIX e reforçou o sentimento de superioridade daqueles que com ela se identificavam. A Guerra contra a Confederação Peruana-Boliviana, de 1837, já havia exigido uma grande coesão em torno do seu projeto republicano para enfrentar as duas nações que haviam sido sede tanto do Império incaico como, no caso do Peru, de um Vice-reino poderoso e fundamental para a administração colonial espanhola. A nação chilena, vitoriosa no conflito, viu, pela primeira vez em sua história, sua identidade associada à der-

rota do Antigo Regime e também à fortaleza de suas instituições republicanas. Iniciada em 1879, a Guerra do Pacífico terminaria com um triunfo avassalador contra os mesmos contendores de 1837, permitindo não apenas a invasão da antiga sede vice-reinal, em Lima, mas a sua ocupação pelo período de quatro anos. Relembrando-nos a importância que possui a esfera do material no processo de construção identitária, Carmen Mc Evoy vincula o afã do político e intelectual chileno Benjamín Vicuña Mackenna em colecionar objetos e documentos com o que considera ser uma necessidade permanente do Chile no século XIX, a saber, o confronto de sua identidade em elaboração com a de seu outro poderoso vizinho. No processo de construção do seu nacionalismo, o Chile teve de realizar dois movimentos simultâneos: de um lado, teve de despojar o Peru de seus tesouros culturais; de outro, precisou reforçar a sua superioridade restabelecendo o antigo contraponto entre civilização e barbárie. Ao fazê-lo, procede à inversão de antigas hierarquias culturais herdadas ao longo de 400 anos de domínio colonial, isto é, torna seu o discurso civilizador e passa a considerar como “bárbaro” o seu vizinho.

Produção e divulgação de símbolos nacionais

Os artigos de Maria Ligia Prado e Fernando Purcell ocupam-se, respectivamente, da pintura e da fotografia como produções simbólicas relevantes para a construção de “comunidades políticas imaginárias”. No período estudado, o alcance de textos imagéticos sobre populações pouco letradas é considerado bastante eficaz pelos dois autores.

Com o artigo sobre “Nação e pintura histórica”, Maria Ligia Prado debruça-se sobre a obra pictórica do chileno Pedro Subercaseaux (1880-1956), do brasileiro Pedro Américo de Figueiredo e do uruguaio Juan Manuel Blanes, logrando estabelecer interessantes vínculos entre a construção de identidades nacionais e essa modalidade de pintura. Destaca o papel político do Estado no seu apoio por meio de bolsas de estudo aos jovens pintores promissores, mandando-os se aperfeiçoar na Europa, e também por meio da encomenda aos artistas de quadros

e esculturas sobre temas patrióticos, os quais seriam posteriormente expostos em museus históricos e em edifícios públicos, onde passariam a exercer o papel de guardiães da memória nacional. As imagens e símbolos reproduzidos pelos pintores destinavam-se a expressar em especial aqueles acontecimentos históricos que deveriam ser compreendidos ao primeiro golpe de olhar pelo expectador, assim facilitando a promoção de sentimentos de pertença e identidade comuns.

Fazendo uso da comparação entre os três pintores, Maria Ligia Prado analisa as telas que produziram dedicadas ao mesmo tema: a independência de seus países. Subercaseaux pintou *A batalha de Maipú* em diversas versões (1904-1916-1918-1954), Pedro Américo produziu o emblemático *Independência ou morte*, em 1888, e Blanes igualmente famoso *O juramento dos 33 orientais*, em 1877. São notáveis as convergências entre as propostas dos três pintores, apesar das particularidades que os distinguem, e a autora mostra-nos, claramente, como a pintura e a política vêm associadas nessas memórias coletivas em construção. Além das telas, seu trabalho se valeu dos importantes textos que sobre elas produziram os próprios pintores e também das críticas de contemporâneos sobre suas obras.

Fernando Purcell, em seu artigo sobre a fotografia e o território, buscará compreender o papel da dimensão territorial no processo de conformação do imaginário nacional. Seus esforços se concentram na segunda metade do século XIX, quando da grande expansão do território “nacional” chileno, por ocasião dos dois importantes conflitos já mencionados por nós, a chamada “pacificação” da Araucânia e o triunfo da Guerra do Pacífico, o qual permitiu aos chilenos anexarem ao seu território as regiões de Tarapacá e Antofogasta. Purcell analisa, para isso, as fotografias como meio de apresentar a nação associada a um território concreto e limitado, possuidor de certas características identitárias. Mostra-nos como a fotografia se converteu em uma poderosa ferramenta de divulgação de ideias e representações nacionalistas, reconhecida e utilizada com bastante frequência pelo Estado e por diversos atores da sociedade civil à época.

Os fotógrafos estrangeiros Emilio Garreaud e Edward Spencer produziram, a serviço do Estado chileno, alguns álbuns fotográficos com temas territoriais a fim de permitir ao público tomar conhecimento de zonas distantes até então ignoradas, torná-las familiares e imaginá-las como próprias. Garreaud produziu o álbum intitulado *Vistas de la Patagonia, del Estrecho y de la Tierra del Fuego* e popularizou inúmeros postais com paisagens e temas chilenos, tal qual os então bastante disputados postais com motivos de paisagens europeias. Edward Spencer foi contratado pelo governo chileno para cobrir a Guerra do Pacífico como repórter, e muitas de suas fotografias desse momento foram publicadas no *El Mercurio*. Em ambos os casos, pode-se avaliar o impacto da fotografia na construção e divulgação de imagens “nacionais”. Estado e sociedade civil participaram ativamente desse processo de conformação de um imaginário territorial, que, valorizando o que era essencialmente diverso, facilitava a inclusão dos novos espaços conquistados pela guerra.

O artigo de Purcell lança um olhar complementar ao tema já tratado por Carmen McEvoy, demonstrando que se é certo que o Chile reforçou o seu nacionalismo com o triunfo bélico, e que fez uso, em seu favor, da comparação com o estado de desenvolvimento republicano no Peru e na Bolívia, uma vez passada a guerra, irá incorporar outros instrumentos, tópicos e dinâmicas saídos da valorização intrínseca do seu território e cultura a essa construção nacionalista.

A autopercepção da situação dos Estados no sistema internacional foi também um elemento de representação simbólica da nação em suas fortalezas e debilidades. O artigo de Joaquín Fermandois e Mariana Perry demonstra como os países americanos se distinguiram e se valorizaram, na comparação com a Europa, por sua suposta ausência de guerras entre os Estados durante os séculos XVII e XVIII, e de guerras internacionais ou “mundiais” nos dois séculos mais recentes. Os autores reconhecem como a exceção mais notória e sangrenta desse mito a guerra da Tríplice Aliança, e refletem sobre a sua influência para o desenvolvimento de uma consciência nacional nos três países

envolvidos. Como no artigo de Ricardo Salles, sobre a mesma guerra, admite-se a sua importância para a incorporação de setores populares, os quais, para além das classes dirigentes, se juntam ao cenário cívico, ainda que permaneçam excluídos da cidadania. Notam, sem embargo, que foi a Guerra do Pacífico a que teve maior repercussão na criação de uma “situação anímica próxima ao mito”. Especialmente interessante é o diálogo que pode ser estabelecido com os artigos de Purcell e McEvoy no sentido de que também se pode considerar a derrota como elemento de união e, conseqüentemente, de criação de nacionalismo. Sofre-se também coletivamente, como lembram os autores, tornando este um dos elementos de explicação da presença da derrota na consciência nacional peruana e boliviana até os dias de hoje, o que passa a ter uma clara manifestação nas relações políticas e culturais do Chile com esses países.

Apesar das distâncias geográficas, o Brasil esteve presente no imaginário chileno sobre a sua situação internacional e os riscos que então se lhe apresentavam. No cenário da tradicional rivalidade chilena com a Argentina, tanto o Império como a República brasileira se converteram em um necessário “aliado” em potencial, especialmente entre os anos que se estenderam da Guerra do Pacífico aos Pactos de Maio de 1902. Em função dessa amizade necessária, a classe dirigente chilena empenhou-se na criação de um imaginário harmonioso a respeito do Brasil, deixando de lado toda referência à oposição entre monarquia e república e mesmo forjando a imagem positiva de uma continuidade republicana para caracterizar o período que se seguiu à queda de D. Pedro II.

Ideias, práticas e relações para uma nação moderna

Embora alimentado desde o trauma bélico, o processo de criação da nação também se viu enriquecido a partir de muitas outras fontes. Os debates intelectuais, em que as ideias provindas de outras latitudes eram cotejadas às realidades locais e davam forma a práticas autônomas e autóctones, a arte que criava formas sincréticas em que con-

viviam o mundo europeu, o americano e o africano, a empresa e o comércio, onde os interesses nacionais e estrangeiros se enfrentavam e se associavam, e o imperativo da inclusão de setores que até há pouco constituíam uma massa informe, associada à ideia de “povo”, e que por volta do final do século começava a se fazer presente, enfim, todos esses aspectos do complexo processo de construção da nação puderam ser observados tanto no Chile como no Brasil.

O artigo de Eduardo Cavieres realiza uma interessante comparação entre ambos os países do ponto de vista dos respectivos empresários, tentando responder à pergunta sobre a sua criatividade, a partir de uma perspectiva moderna, no desenvolvimento da atividade econômica. Descartando a existência de um certo “tipo social” para caracterizar os empresários, destaca a diversidade da sua conformação nos dois países, condicionando-a ao tipo de projeto assumido e à dificuldade em se lograr uma visão global sobre as atividades em que se encontravam envolvidos. No Chile, tiveram bem pouco contato o prestamista, ou comerciante e especulador mineiro do norte, com o industrial do vale central. No caso brasileiro, inversamente, o empresário ligado ao café exerceu um papel mais determinante, na medida em que o desenvolvimento fabril, especialmente o do setor paulista, ficou subordinado ao capital cafeeiro. Em ambos os casos, o desenvolvimento econômico e industrial foi importante fator de mudança na estrutura social e conferiu visibilidade a novos grupos sociais urbanos em ascensão. Como posto em evidência no artigo sobre a questão social no Chile, essas mudanças estruturais foram decisivas para a pressão que esses setores começaram a exercer tendo em vista sua inclusão em uma cidadania ativa. Sem embargo, apesar desse efeito modernizador, do incremento da associatividade e de esforços apoiados pelo Estado, nos dois países ficou clara, especialmente após a crise de 1880, a impossibilidade de se gerar um desenvolvimento autônomo frente aos centros econômicos mundiais. O dito anteriormente confirma os estudos que indicam que o processo de constituição de uma nova classe mercantil nas diferentes nações americanas foi lento, a despeito das muitas medidas protecio-

nistas dos Estados. Confirma, também, que o ingresso do continente à era do capital já teve início em uma situação de clara subordinação com respeito a outras latitudes.

Cavieres, por fim, destaca as características que assumiram as associações, sempre influenciadas pelos condicionamentos políticos e territoriais de ambos os países. No caso brasileiro, especialmente o paulista, estas exerceram um importante papel como instâncias intermediárias e de pressão em relação ao governo. No Chile, ao contrário, em parte devido ao seu centralismo, a Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA) converteu-se mais em uma instituição de apoio à ação educativa do Estado. Quando os países assumem políticas protecionistas mais para o final do século, o autor não vê os empresários como expressão de um polo liberal, enxerga-os mais como um setor pragmático, interessado apenas em proteger-se do mercado global e manter o controle sobre os lucros e benefícios de suas economias exportadoras. Enquanto isso, caberia ao Estado permanecer encarregado de assegurar alguma base industrial do país. Ainda que de forma mais lenta, os progressos do capitalismo trouxeram, desde as últimas décadas do século XIX, uma maior diversificação social, incentivada tanto pela imigração como pelas maiores rendas auferidas pelo Estado com as economias de exportação. Embora as sociedades brasileira e chilena continuassem sendo majoritariamente rurais, o desenvolvimento de classes ligadas às atividades urbanas trouxe consigo uma nova discussão em torno da questão do trabalho. Com ambas as nações já adscritas ao sistema republicano, o proletariado, especialmente aquele industrial e composto por imigrantes no Brasil e o mineiro no Chile, fez o seu aparecimento na opinião pública e acabou pressionando a cidade oligárquica para a sua inclusão na cidadania, tanto civil como política.

Se o desenvolvimento industrial e as influências ideológicas se fizeram sentir intensamente durante todo o período, adequando teorias e práticas, do mesmo modo foram sentidas as ideias do romantismo, do positivismo e do evolucionismo entre os intelectuais, ideias essas que se viram cotejadas pelas realidades políticas e conjunturais espe-

cíficas de cada nação. O artigo de Maria Thereza Chaves de Mello contribui para a compreensão desse deslocamento temporal e analisa as leituras contextualizadas que se fizeram no Brasil das correntes intelectuais provenientes da Europa. Embora tanto no Chile como no Brasil o romantismo tenha chegado defasado no tempo em relação a seus mentores franceses, na discussão sobre o romantismo de José de Alencar a autora põe em evidência como a adaptação contextual da obra serviu como meio para valorar positivamente a nação emancipada da tradição, pensando-a mais vinculada à sua origem indígena e à evangelização jesuítica, mas sem questionar a continuidade da monarquia católica ou da escravidão. No Chile, contrariamente, o romantismo viu-se vinculado mais diretamente ao liberalismo em função de sua crítica à ordem social tradicional, especialmente por meio da leitura que foi feita das obras de Victor Hugo.

O republicanismo que no Brasil ingressou na agenda pública na década de 1880, influenciado pelo positivismo e exemplificado pelas obras de Alberto Sales, Assis Brasil e Silva Jardim, esteve diretamente vinculado com o tema da cidadania. Não lhe seria possível escapar quer da sua relação com a escravidão, quer da discussão em torno das raças constitutivas da nação. No Chile, um país onde a questão indígena foi subsumida ao problema da consolidação do Estado republicano, e perdeu assim todo o protagonismo, o positivismo foi predominantemente liberal, sua ênfase era para a criação de uma filosofia da história a serviço da consolidação de uma nação independente da Madre Pátria e para a criação de uma cultura nacional.

A discussão ideológica, o desenvolvimento capitalista, a conformação de nações modernas e a consolidação de estados republicanos em ambos os países deram lugar, com o tempo, à “república do trabalho”. Novos protagonistas, os trabalhadores, já em fins do século, atravessavam os umbrais da cidade oligárquica e demonstravam que a “coesão exclusionária” que havia permitido o trânsito para a modernidade política não tinha seu equivalente nos direitos sociais, considerados fundamentais. Ao processo de visibilizar o “outro” social no Chile

chamou-se “*cuestión social*”. O trabalho de Ana Maria Stuvan encerra a série de artigos incluídos neste livro e inaugura o momento da discussão democrática, isto é, da definição da cidadania e da representação modernas, assim como a vigência da soberania popular. Esse terceiro momento de conformação da nação vem associado a essa passagem da nação oligárquica à nação democrática iniciada por volta de 1870 e convocando todos os setores políticos, inclusive os identificados com o socialismo emergente, para a inclusão numa cidadania plena de todos os membros da nação. Especialmente notável é a seção em que se alude à Igreja Católica e à influência do catolicismo social na reformulação e no redirecionamento de setores do Partido Conservador, levando-os à superação do *éthos* da caridade cristã e ao reconhecimento dos direitos de justiça que têm os trabalhadores e os setores populares. Essa postura desembocaria, em anos futuros, na criação da Democracia Cristã e de sua proposta comunitária, a qual conformaria o centro político chileno ao longo do século XX.

Para finalizar, podemos dizer que este livro representa apenas um primeiro elo na aproximação das histórias do Chile e do Brasil no século XIX, na tentativa de pensá-las em sua relação com um cenário maior e comum. Mas esperamos também que ele seja um incentivo ao estudo de outros temas e períodos que, passíveis do tratamento comparado das respectivas histórias, despertem o interesse e a dedicação de muitos outros historiadores. A formação das nações no século XIX esteve, indubitavelmente, vinculada à institucionalização dos Estados, mas numerosos outros fatores confluíram em ambos os países para isso, revelando-nos a enorme diversidade e complexidade desse processo. O papel da religião, das igrejas e das espiritualidades comparadas, das conformações étnicas, da mestiçagem e das distintas culturas setorializadas e locais são alguns dos vários temas que ainda ficam à espera de novas reflexões no futuro.